



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

## Autogestão:

sua atualidade, suas dificuldades

Luci Helena Silva Martins

**Como citar:** MARTINS, L. H. S. Autogestão: sua atualidade, suas dificuldades. *In:* VIEITEZ, C. G. (org.). **A Empresa sem patrão**. Marília: Unesp Marília Publicações, 1997. p. 33-41. DOI: <https://doi.org/10.36311/1997.978-85-60810-31-4.p33-41>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# Autogestão: sua atualidade, suas dificuldades

*Luci Helena Silva MARTINS<sup>1</sup>*

A questão da autogestão insere-se numa tradição intelectual que, pode-se dizer, remonta a Descartes, Kant e Rousseau na medida em que estes pensadores valorizam conceitos que informam a nossa modernidade, dentre eles, os de subjetividade e vontades autônomas.

Vale lembrar que os séculos XVIII e XIX foram determinantes no que se refere à composição do ideário político da modernidade. A Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem foram, de certa forma, responsáveis por inserir na pauta das reivindicações conceitos como a liberdade e igualdade entre os homens. De acordo com Bobbio, a partir da “Revolução Francesa, entrou preponderantemente na imaginação dos homens a idéia de um evento político extraordinário que, rompendo a continuidade do curso histórico, assinala o fim último de uma época, e o princípio de outra.” (Bobbio, 1992, p. 134) E é singular o fato de Kant, *o grande filósofo da época* ter percebido na Revolução “o evento extraordinário, o *signun prognosticum*, de onde extraiu o seu presságio sobre o futuro da humanidade.” (Bobbio, 1992, p. 134)

A leitura de Norberto Bobbio caminha por balizar as nossas próprias análises face à autogestão. Bobbio percebe que a história vai estar sempre tramitando entre a realidade do “símbolo” e “a realidade dos eventos gradativamente examinados por historiadores cada vez mais exigentes.” O autor enfatiza que a força do símbolo, e é precisamente isso que nos interessa, “é não desaparecer com o passar dos anos.” (Bobbio, 1992, p. 113) Para ele, é esta força que faz com que, nos nossos dias, a Revolução seja ainda objeto de comemoração e análise<sup>2</sup>.

A Revolução Francesa foi, assim, “exaltada e execrada, julgada ora como uma obra divina ora como uma obra diabólica, [...] justificada porque, apesar da a

---

1 Aluna do curso de pós graduação (Mestrado) em Serviço Social. Unesp Franca. Bolsista da FAPESP.

2 Tocqueville foi o primeiro grande pensador a refutar a imagem que a Revolução tivera de si mesmo. Ao mesmo tempo, Tocqueville enalteceu o seu significado histórico. Nas suas palavras. “O tempo em que foi concebida a Declaração foi o tempo juvenil de entusiasmo, de orgulho, de paixões generosas e sinceras, tempo do qual, apesar de todos os erros, os homens iriam conservar eterna memória e que, por muito tempo ainda, perturbará o sono dos que querem subjugar ou corromper os homens.” (Tocqueville apud Bobbio, 1992, p. 129)

violência que a acompanhou teria transformado profundamente a sociedade européia; não justificada porque um fim, mesmo um bom, não santifica todos os meios, ou pior ainda, porque o próprio fim não era bom, ou finalmente, porque o fim teria sido bom, mas não alcançado. Mas, qualquer que seja o juízo sobre aqueles eventos, a Declaração dos Direitos continua a ser marco fundamental.”(Bobbio, 1992, p.128)

A Declaração dos Direitos de 1789 foi, todavia, criticada pelos conservadores, saudosos do Antigo Regime (o que já se podia esperar. Recebeu também mais estranhamente a crítica de democratas de primeira linha, em particular a de Marx. O autor do *Manifesto Comunista*, vê no discurso aparentemente emancipador e universal dos Direitos Humanos a introdução dos direitos particulares de uma classe sobre a propriedade. Pretendendo situar-se no campo axiológico da democracia e da esquerda, Claude Lefort, (1987) em conhecido artigo sobre os direitos do homem, argumenta que Marx, teria permanecido cego diante da importância daquele evento e contribuído em muito para a confusão que ainda hoje impera, principalmente quanto à questão do indivíduo<sup>3</sup>.

Nas palavras de Bobbio, “Se se elimina uma concepção individualista da sociedade, não se pode mais justificar a democracia [...] na democracia, os indivíduos, todos os indivíduos, detêm uma parte da soberania. [...] Tenho dito freqüentemente que, quando nos referimos a uma democracia, seria mais correto falar de soberania dos cidadãos e não de soberania popular. ‘Povo’ é um conceito ambíguo, do qual se serviram também todas as ditaduras modernas. É uma abstração por vezes enganosa: não fica claro que parcela dos indivíduos que vivem num território é compreendida pelo termo povo. As decisões coletivas não são tomadas pelo povo, mas pelos indivíduos, muitos ou poucos, que o compõem. Numa democracia, quem toma as decisões coletivas, direta ou indiretamente, são sempre e apenas indivíduos singulares, no momento em que depositaram seu voto na urna. Isso pode soar mal para quem só consegue pensar a sociedade como um organismo; mas, quer isso agrade ou não, a sociedade democrática não é um corpo orgânico, mas uma soma de indivíduos” (Bobbio, 1992, p. 101-2). Também a liberdade e igualdade, se podem pecar pela abstração ou ser utilizadas demagogicamente, constituem valores determinantes que conformam as utopias, impulsionam reivindicações e impelem os homens a lutar por algo melhor.

A autogestão, ao nosso ver, estará também tramitando entre a realidade do “símbolo” e “a realidade dos eventos gradativamente examinados por historiadores cada vez mais exigentes” (Bobbio, 1992, p. 113). Ela funciona como um mito, uma idéia força, que impulsiona a ação e contribui, inserida numa tradição secular, para

---

3 Não é pertinente explicitar, nessa pesquisa, as causas dessa inversão de valores. Para isso os argumentos de Bobbio (1992) e Lefort (1987). Vale citar no entanto que a liberdade e igualdade saíram fortalecidas a partir do Estado Moderno “[...] primeiro liberal, no qual os indivíduos que reivindicam o poder liberal são apenas uma parte da sociedade; depois democrático, no qual são potencialmente todos a fazer tal reivindicação; e, finalmente, social, no qual os indivíduos, todos transformados em soberanos sem distinções de classe, reivindicam - além dos direitos de liberdade - também dos direitos sociais, que são igualmente direitos do indivíduo.” (Bobbio, 1992, p.101)

própria realização de eventos históricos: nesse sentido a autogestão compreende a liberdade no lugar do trabalho; ela igualiza os trabalhadores em sua função de trabalhadores. Ela socializa a democracia como queria Marx; ela é o caminho para abolir o que ele denominava a *ilusão da política*.

O conceito de idéia força não é muito observado nos nossos dias. Ainda assim, só essa abordagem permite-nos referir à importância da noção e da palavra *autogestão* para a própria conformação de eventos históricos, misto de ações efetivas e práticas discursivas. Ao que se sabe, George Sorel foi o primeiro a formular o conceito de *idéia força* ao utilizá-lo na análise dos eventos do seu tempo. A noção está implícita no que ele denominou de *teoria dos mitos*. Sorel (1946) demonstra, no clássico *Reflexions sur la violence*, que através do mito, do sentimento, da utopia, é possível se ter uma idéia mais exata das forças reais que fazem agir os homens. De modo geral, segundo a definição de Sorel, os mitos impelem as pessoas a se organizarem em determinadas práticas. Por seu caráter simbólico, podem ser também força que mobiliza e possibilita ações. Podem ainda ser altamente subversivos<sup>4</sup>, "porque permitem o apelo a um conjunto de imagens, capazes de evocar, *em bloco e somente pela intuição* antes de qualquer análise racional, a massa de sentimentos ..."<sup>5</sup> que correspondem aos anseios das pessoas e possibilitam-nas lutar contra práticas sensivelmente consideradas repressoras. (Sorel, 1946, p. 173, grifo do autor)

Sorel, (1946) a princípio, acredita nos valores simbólicos, já que só eles possibilitam motivar lutas coletivas e revolucionárias. Ele alerta para o perigo de se utilizar da força da palavra e da falta de clareza dos argumentos, para muitas vezes iludir consciências ingênuas, *massas* despreparadas que se deixam envolver por argumentos falaciosos e pelo arsenal de representações que os mitos desencadeiam. Estranhamente - ele diz - é neste mundo de representações que se encontra, também, a força do mito.

Os estudos de Sorel refletem sobre os impulsos que levam ao agir; para ele a ação, é criada pela "esperança ou a crença, o amor ou o ódio, os desejos, as paixões, os impulsos do egoísmo, do moi." (conforme Newman apud Sorel, 1946, p. 45) A simples concordância, o assentimento, não seria, por si mesmo, totalmente eficaz para determinar as ações. Seriam necessárias, antes, essas forças motrizes. Tocqueville nesse mesmo sentido falará de "entusiasmo, orgulho, paixões generosas e sinceras". Kant, por sua vez, falará de "entusiasmo", ou "ideal puramente moral". (Bobbio, 1992, p. 86)

Importa, assim, medir os efeitos do poder simbólico da autogestão, idéia-

---

4 Utilizamos o termo *subversivo*, cujo significado, pensamos, pode sugerir práticas multidimensionais. Questionar, indagar, dialogar, são práticas, ao nosso ver, subversivas embora não necessariamente revolucionárias, no sentido compreendido por Sorel.

5 Neste momento, Sorel (1946) avalia que o mito da greve geral foi utilizado pelo sindicalismo para conquistar as massas. Segundo ele: "il faut faire appel à des ensembles d'images capables d'évoquer, en bloco et par la seule intuition, avant toute analyse réfléchié, la masse de sentiments [...] qui correspondent par le socialisme contre la société moderne."

força capaz de mobilizar consciências e possibilitar eventos. Ao mesmo tempo é importante considerar o fato de que a autogestão não se resume ao mito. Tem, é verdade, aspectos que ainda hoje funcionam como idéia-força e recorrem à tradição. Podemos observá-los no fato de que os eventos de natureza autogestionária não são, grosso modo, frutos de iniciativa individual e, caso o sejam, em determinados e variados momentos há o apelo para a força coletiva sem a qual os eventos estariam fadados a *não-ser* ou a *não-prevalecer*. Em ambos os casos, seja para garantir-lhes a origem ou a permanência, os eventos que se propõem autogestionários, clamam pelo coletivo e com isso podem apontar para práticas mais democráticas e igualitárias<sup>6</sup>.

Pierre Rosanvallon, autor do clássico *L'age de l'autogestion*, alerta para a tendência de se considerar a autogestão como restrita ao mito ou ao mundo das idéias. Tal concepção impossibilita o avanço das práticas autogestionárias. Para este autor a autogestão não teria interesse se não fosse mais que uma utopia ou um mito no sentido de Sorel (Rosanvallon, 1979, p. 18). Se assim fosse, ela converter-se-ia em mais um instrumento de alienação política, na medida em que é possível usufruir de todo o seu potencial aglutinador, sem no entanto devolver aos agentes aquilo que lhe é tomado; ou seja é possível que o coletivo permaneça impossibilitado de participar dos processos de decisão ao mesmo tempo em que exige-se dele um envolvimento próprio da prática autogestionária.

De qualquer forma, considerar o papel das idéias, dos mitos, das utopias, é apenas outra maneira de dizer que separar de um lado, idéias, palavras e conceitos e, de outro lado, práticas efetivas nos parece hoje epistemologicamente impossível. Nesse sentido, a importância de autores como Weber (s/d), Austin (1970), Lefort (1987, 1991) e Arendt (1992) que dentre outros, consideram que o pensar, a força histórica das idéias, a palavra performativa, o mito, fortalecem as práticas, impulsionando e revitalizando eventos.

\*\*\*

Em termos recentes, é sabido que os anos 1990 apresentam-se especificamente marcados pela globalização, “um vasto processo histórico-social, econômico, político e cultural” (Ianni, 1992, p. 25) que perpassa todas as instâncias da vida e que somado à hegemonia dos discursos e práticas neoliberais configuram o perfil da década<sup>7</sup>.

---

6 Existe uma discussão acerca de que os grandes eventos históricos denominados autogestionários, dentre eles a autogestão iugoslava (cujo apogeu deu-se entre os anos de 1960-1966 ( não se trataram, de fato, de autogestão. Alguns autores denunciam, no caso da Iugoslávia, “a presença de uma burocracia autogestionária, diferente da burocracia de Estado.” nascida “do caráter pouco democrático das instituições autogeridas e da passividade das massas à respeito da autogestão” (Guillerm & Bourdet, 1976, p. 137). Esta discussão permeou todo o debate da década de 1970 e importa-nos no seguinte sentido: por um lado, ela demonstra que o simples apelo à palavra autogestão não confere às práticas assim denominadas o caráter autogestionário. Por outro lado, confirma-nos que a idéia da autogestão funciona como o “horizonte imaginário” destes autores (e por que não dizer dos agentes que vivenciaram o processo da Iugoslávia); horizonte este “jamais alcançado por definição, mas constantemente invocado como uma denúncia da dita sociedade.” (Furet, 1995, p. 21) Ao nosso ver, acontecimentos como a autogestão iugoslava, maio de 68, a experiência de Lip, em Besançon, dentre outros, configuraram-se eles de uma tradição “alimentada pela paixão da igualdade, por definição insatisfeita.” (Furet, 1995, p. 23)

Se considerássemos apenas os argumentos neoliberais, seríamos facilmente levados a crer que a autogestão perdeu o sentido nos anos 90. Afinal, evidencia-se hoje um tempo onde, aparentemente, não existem vontades políticas, não existem opções. Tudo delinea-se como se estivesse determinado por forças inquestionáveis. Evidencia-se, claramente, uma época de recuo da política (Heller, 1982) onde o moderno é o mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a conciliação, a inserção. (Antunes, 1995, p.149) Esse universo possibilita argumentos que negam a possibilidade da autogestão e o seu sentido para os nossos dias.

Felizmente, nestes momentos, podemos contar com a sutileza de argumentos que afirmam precisamente que “O sentido da história está [...] em concebê-la como mais do que um mero processo de evolução interna. A história se alimenta de necessidades internas (mecanismos de crescimento, determinismos estruturais) e de mecanismos que são por sua vez, produto de antagonismos internos (antagonismos sociais, contradições físicas) e do imaginário coletivo.” (Rosanvallon, 1979, p. 97) O que nos permite considerar que, nas confluências ideológicas atuais, nada autoriza dizer que a noção de autonomia esteja perdendo terreno em qualquer aspecto da vida social: movimentos feministas, de minorias étnicas, sexuais e étnicas propugnam todos por um autocontrole ampliado de suas vidas, corpos e mundos. Mesmo os fenômenos da fábrica, cujos elementos opressores e alienantes a tradição bibliográfica ilustrou a contento, apelam para subjetividades autônomas ao exigir dos trabalhadores responsabilidade e empenho no ofício. E, no mundo do trabalho, pela primeira na história, participamos de uma discussão acerca das possibilidades reais de distribuição dos lucros e maior autonomia no trabalho<sup>8</sup>.

De toda forma, as condições de possibilidade dos processos de autogestão parecem estar presentes na representação comum de todas as camadas sociais. A autogestão permanece como idéia-mito alimentada pela noção de igualdade que permeia nosso universo. Há, nos nossos dias, um mundo comum de representações baseado na crença de que as pessoas *podem* mais e se expressam melhor a si mesmas quando estão motivadas e interessadas, quando estão na origem do que fazem, quando se apossam de um projeto, quando enfim se tornam autônomas. Existe hoje um fundo de representação democrática de que subjetividades livres remetem à verdadeira humanidade, o que permite-nos afirmar que a noção da autogestão configura-se uma importante componente da nossa modernidade, ao ponto de influir tanto nas questões relativas ao mundo do trabalho (isto é claro quando se apela para a qualidade do serviço e responsabilidade do trabalhador) quanto, de maneira mais ampla, naquelas relativas à organização geral da vida social<sup>9</sup>.

Vale lembrar que a complexidade do contexto atual comporta experiências

---

7 Sobre o neoliberalismo ver dentre outro Harvey (1993). Anderson (1995). Santos (1995).

8 Essas transformações no mundo do trabalho, inseridas basicamente a partir da internacionalização da economia e da consequente exigência de maior qualidade e produtividade, não são vistas de modo unânime pelos pesquisadores. Ver para isso Antunes (1995). Lojkin (1990, 1990a) e Humphrey (1994).

com teor alternativo ao mesmo tempo que polêmico. Existem a experiência das ONGs, as escolas cooperativas ou autogeridas de pais de alunos, os movimentos ecológicos, das diferenças, das minorias, enfim o cenário atual comporta movimentos alternativos que transitam entre o público e o privado e exigem, cada vez mais, a participação da sociedade civil e do Estado. Existem alternativas, no âmbito das possibilidades históricas, que poderão ou não conformar-se enquanto espaço de conquistas sociais.

No Brasil, nos anos 1990, tem havido uma irrupção de eventos denominadas autogestionários. Pautados pela similitude entre os atores, a forma de organização e o contexto econômico-político em que são gerados, estes eventos parecem inserir-se na luta pelo trabalho, por aqueles que querem manter seu emprego. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) já promoveu vários encontros relacionados à temática<sup>10</sup> que, diga-se de passagem vincula-se a uma estratégia mais ampla de combate ao desemprego.

Em fevereiro de 1994 foi fundada a Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) cuja finalidade é organizar, reunir, assessorar as empresas de autogestão. Segundo depoimento à Folha de S. Paulo, "A autogestão (gerência de uma empresa pelos trabalhadores, que se faz representar por uma direção e por um conselho de gestão) tem sido usada como alternativa de sobrevivência. Alguns sindicatos de trabalhadores passaram a entender a crise de perto e, em vez de greves, ficaram com a crise e com a empresa. A afirmação é de Aparecido de Faria, diretor técnico da Anteag [...] criada em fevereiro ...". (Autogestão ..., 1995, p. 2-3)

Ao nosso ver, ainda que estes eventos ocorram em uma conjuntura especificamente marcada pela crise e pelo aumento considerável do desemprego, ainda assim, existe algo de subversivo no fato de ex-empregados gerirem empresas. Há vinte anos no Brasil isso seria impensável. De toda forma, enxergar nesses eventos somente seu caráter pragmático impede de conferir-lhes sua dimensão política. Agnes Heller mostra-nos por exemplo que durante "as crises econômicas [...] não se deve perder a consciência de que as causas da crise [...] não são exclusivamente econômicas,

---

9 O que não impede de pensar que os princípios ligados à autonomia e democracia possam ser utilizados, pelos agentes, para fins diferentes daqueles propostos pela tradição democrática. Nesta direção temos a observação de Boaventura Souza Santos, para o qual, "Hoje o princípio do mercado faz apelo ao princípio da comunidade e às idéias que ele envolve, como por exemplo, as de participação, solidariedade e autogoverno, para obter a sua cumplicidade ideológica na transferência dos serviços estatais para o setor privado." (Santos, 1995) José Paulo Netto também afirmará que "As corporações transnacionais, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente a liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo público, com a 'desregulação' sendo apresentada como 'modernização' que valoriza a 'sociedade civil', liberando-a da tutela do Estado protetor - e há lugar, nessa constituição ideológica, para a defesa da 'liberdade', da 'cidadania' e da 'democracia' ". (Netto, 1996, p. 100-1).

10 Foi o caso, por exemplo, do Encontro Nacional de Empresas de Autogestão, ocorrido em São Paulo, no dia 24 abr. 1994, sob a organização da CUT-SP. Outro evento foi o seminário Autogestão: a Realização de um Sonho, ocorrido em Porto Alegre (RS), entre os dias 09 a 11 dez. 1994, que obteve o apoio da CUT (RS).

mas são também sociais. [Sendo assim] Não há contradição em desenvolver movimentos voltados para a transformação das formas de vida, se eles fazem parte de um processo social mais geral.” (Heller, 1982, p.178)

Ao nosso ver, as novas tentativas que se propõem autogestionárias têm o mérito de romper o “automatismo” da história, ao inserir uma brecha no sistema e renovar as condições de sua evolução. (Rosanvallon, 1979, p. 96) Para Rosanvallon, “acontecimento é inseparável de um desejo e do imaginário social, pois não existe em si, como uma coisa. Um acontecimento não existe se não é conhecido e reconhecido como produtor possível de efeitos, quer dizer, se não é interpretado por um desejo e uma vontade”. (Rosanvallon, 1979, p 96)

Em termos práticos efetivos, estes eventos deveriam ter em conta as dificuldades encontradas pelas experiências autogestionárias do passado para, desta forma, avançar em suas conquistas. Nas questões relativas principalmente ao mundo do trabalho é necessário precaver-se contra a “ficção comunística” de um interesse único, isto é, contra a suposição da “existência de um único interesse da sociedade como um todo, com o qual ‘uma mão invisível’ guia o comportamento dos homens e produz a harmonia de seus interesses conflitantes”. (Arendt, 1992, p. 53) Essa hipótese fictícia contribui para que a noção de autogestão se converta, neste caso, em mais um “instrumento de alienação política” no sentido dado por Rosanvallon. (1979, p. 18) Não deixemos, pois, que estas experiências naveguem ao léu.

De acordo com Rosanvallon, (1979, p. 26) o maior desafio das práticas que se propõem autogestionárias estaria na superação de obstáculos como “sonhar com Rousseau e governar com Maquiavel”. Recusando-se a preestabelecer modelos, Rosanvallon (1979, p. 85) defende o “direito à experimentação coletiva de formas de trabalho e de vida”, pois isso realiza a liberdade, possibilita criar, contribui para a democratização das relações sociais. E ao Estado caberia a garantia e a organização do direito à experimentação social e não a fixação de normas ou esquemas a serem aplicados. Para nosso autor, algumas questões-problemas vêm condicionando o avanço da prática autogestionária: há o destaque para o problema da publicidade e da autoridade do poder, o problema da competência e da hierarquia; da direção e dos dirigentes; o problema da dimensão da experiência, e o problema dos lugares do poder. (Rosanvallon, 1979, p. 73-83)

Dentre aqueles problemas que determinam, para Rosanvallon, as condições políticas da autogestão, é perceptível a recorrência à questão do poder. Esse autor dirá que a nossa sociedade está constituída sobre bases hierárquicas e se apoia “na ideologia da competência”. (Rosanvallon, 1979, p. 75) As decisões estão deveras centralizadas e decidem aqueles que sabem. Impera a tecnocracia, o poder distribuído entre aqueles que tem saber. Para Rosanvallon “essa ideologia se baseia, na realidade, sobre uma importante confusão que não é fortuita, entre o saber e a decisão. O competente reclama o direito à decisão porque sabe.” (Rosanvallon, 1979, p. 75) O autor alerta que o saber e a decisão não podem assimilar-se totalmente: “pode-se

'saber' perfeitamente como funciona uma central nuclear e no entanto não estar qualificado para decidir se se deve empreender ou não o desenvolvimento da energia nuclear." (p. 75) Diante disso a necessidade de romper essa relação saber/decisão posto que a hierarquia da informação reproduz a hierarquia do poder. Só a democratização nas informações e nas decisões, *na empresa ou na cidade*, poderá permitir superar problemas intrínsecos ao processo autogestionário.

Consideremos ainda que os feitos históricos não se mantêm no curso da história só pelo fato de terem sido iniciados. Celso Lafer na apresentação que faz da edição brasileira da obra de Arendt<sup>11</sup> (1992, p. 20), avalia que para esta autora a ação difere do fazer justamente porque contém em si um elemento de continuidade. É necessário portanto alimentar as consciências, avançar nas práticas, pensar os acontecimentos, enfim não permitir que estes estejam fadados a ser inseridos novamente no automatismo da história que, tal como nos processos de decomposição da matéria orgânica, tem o caráter de degenerar os feitos históricos, deixando prevalecer o desastre e o fracasso.

---

11 Para Arendt (1992, p. 219) "Uma vez que processos históricos e artificiais tenham se tornado automáticos, não são menos destruidores que os processos vitais naturais que dirigem nosso organismo e que em seus próprios parâmetros, isto é biologicamente, conduzem do ser para o não-ser, do nascimento para a morte."

#### Referências Bibliográficas

- ANDERSON, P. Historiador faz balanço do neoliberalismo. *O Estado de S. Paulo*, 20 maio 1995. Caderno Cultura, p. 1 - 2.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.
- ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- AUSTIN, J. L. *Quand dire, c'est faire*. Paris: Seuil, 1970.
- AUTOGESTÃO de empresas ganha força, diz associação. *Folha de S. Paulo*, 29 maio 1995. Caderno Negócios, p. 2-5.
- BOBBIO, N. et. al. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campos, 1992.
- FURET, F. *O passado de uma ilusão: ensaios sobre a idéia comunista no século XX*. Trad. R. L. Ferreira. São Paulo: Siciliano, 1995.
- GUILLERM A., BOURDET, Y. *Autogestão, uma mudança radical*. Trad. H. Pólvora. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

- HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HELLER, A. *Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HUMPHREY, J. Os impactos das técnicas japonesas de administração na indústria brasileira. *Novos Estudos Cebrap*, n. 38, p. 148-67, mar. 1994.
- IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- LEFORT, C. Direitos do homem e política. In: *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 37-69.
- . *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução, liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- LOJKINE, J. *A classe operária em mutação*. Trad. J. P. Netto. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.
- . Novas políticas de integração patronal ou premissas autogestionárias? In: SOARES, R. M. S. de M. Org. *Gestão da empresa, automação e competitividade: novos padrões de organização e de relações de trabalho*. Brasília: IPEA/ IPLAN, 1990a.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*. v. 17, n. 50, p. 87-132, 1996.
- ROSANVALLON, P. *La autogestión*. Caracas: Editorial Fundamentos, 1979.
- SANTOS, B. S. *Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SOREL, G. *Réflexions sur la violence*. 10. ed. Paris: Librairie Marcel Rivière, 1946. (1. ed. 1906)
- WEBER, M. *Sobre a teoria das ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença, s/d.